

FORMAS ORGANIZATIVAS E TRANSBORDAMENTO SOCIETÁRIO NA ONDA DE PROTESTOS DE JUNHO DE 2013

João Gabriel Loures Tury¹

RESUMO

A onda de protestos de junho de 2013 destacou-se por ser um dos maiores processos de mobilização da história do país e por desenvolver repertórios de confronto distintos dos predominantes nas grandes manifestações do passado. Este artigo analisa como a forma organizativa da fase inicial da onda de protestos influenciou a difusão da mobilização e as inovações de repertório, elementos presentes no processo de transbordamento societário que caracteriza a segunda fase dos protestos. A análise se concentra na forma de organização implementada pelo Movimento Passe Livre – São Paulo, de 06 a 13 de junho, pela qual constata-se a construção de uma relação inorgânica entre manifestantes e movimento, alicerçada numa ideologia de influência autonomista que prioriza a tática em detrimento do projeto estratégico. Com isso, conclui-se que a forma organizativa utilizada pelo MPL em São Paulo, ao rejeitar construir um projeto estratégico de disputa hegemônica, foi um fator de influência no rumo tomado pela inflexão da onda de protestos, facilitando sua difusão e a quebra do enquadramento unitário.

Palavras-chave: onda de protestos; junho de 2013; formas de organização; quadro interpretativo; transbordamento societário.

ORGANIZATIONAL FORMS AND SOCIETARY OVERFLOWING ON THE PROTEST WAVE OF JUNE 2013

ABSTRACT

The wave of protests in June 2013 stood out as one of the greatest mobilization processes in the country's history and for developing repertoires of contentious distinct from those prevailing in the great demonstrations of the past. This article analyzes how the organizational form of the initial phase of the wave of protests influenced the diffusion of mobilization and repertoire innovations, elements present in the process of societary overflowing that characterizes the second phase of the protests. The analysis focuses on the form of organization implemented by the Movimento Passe Livre - São Paulo, from 06 to 13 June, which shows the construction of an inorganic relation between demonstrators and movement, based on an ideology of autonomist influence that prioritizes tactics to the detriment of the strategic project. Thus, it is concluded that the organizational form used by the MPL in São Paulo, in refusing to construct a strategic project of hegemonic dispute, was a factor influencing the course taken with the inflection of the wave of protests, facilitating its diffusion and the break of the unitary framing.

Keywords: wave of protests; June 2013; forms of organization; framing; societary overflowing.

¹ Estudante de mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Endereço eletrônico para contato: jgtury@gmail.com.
CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 25 (2017), pp. 1-296.

Introdução

A onda de protestos que irrompeu nas cidades brasileiras em junho de 2013 está entre as maiores manifestações da história do país. Estima-se a participação de três milhões de manifestantes ao longo dos dias. Os protestos se espalharam em cerca de 500 municípios brasileiros, dando um caráter nacional ao movimento que se iniciou em algumas capitais, especialmente em São Paulo, na luta contra o aumento das tarifas de transporte público.

Sendo um dos principais processos de ação popular direta da história nacional, a referida onda de protestos impactou fortemente a sociedade e as instituições políticas brasileiras. Segundo Gohn (2014, p. 7-8),

na história do país registramos o mesmo feito [uma onda de manifestações populares nas ruas, praças e avenidas] apenas em três momentos: em 1992, no impeachment do ex-Presidente Collor de Melo; em 1984, no Movimento Diretas Já, no período do regime militar, em luta pelo retorno à democracia; e nos anos de 1960, nas greves e paralisações pré-Golpe Militar de 1964, e em 1968, com o movimento dos estudantes, a Passeata dos Cem Mil etc.

E avaliando as consequências dos acontecimentos sobre a conjuntura política nacional, distintos autores, de forma metafórica, associaram as manifestações a um “terremoto” (ROLNIK, 2013), a um “deslocamento sísmico” (VIANA, 2013), ou, por fim, à “movimentação de placas tectônicas” (BRAGA, 2013). A possibilidade de analisar hoje, passadas as grandes manifestações pró-impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2015 e as sucessivas greves gerais pelo Fora Temer e contra as reformas encaminhadas pelo presidente em 2017, nos permite concluir que os acontecimentos de junho de 2013 iniciaram uma conjuntura política ainda aberta, com um processo de lutas políticas e sociais ainda não estabilizado.

Entretanto, não foi apenas a intensidade dos protestos o que determinou sua influência sobre a situação política, mas, sobretudo, suas características políticas e organizativas. As manifestações evidenciaram novos repertórios de confronto e quadros interpretativos (ou a difusão de repertórios que já vinham se anunciando de forma localizada em alguns movimentos nos anos anteriores), na qual características “tradicionais” do movimento social brasileiro, especialmente aquele surgido com o fim da ditadura militar, são questionadas.

As ações coletivas que se desenvolveram durante os protestos de junho, suas características políticas e organizativas e as relações que foram estabelecidas pelos manifestantes em ação com as estruturas de poder e as instituições políticas possuem

natureza diferente das concepções predominantes da luta social no país até então. Coincidindo com esta tese, Nunes (2015) sustenta que:

uma das marcas principais do novo momento que se abriu em junho é justamente ser o primeiro fenômeno de massa a gestar-se independentemente das organizações de massa que protagonizaram o ciclo político iniciado com a abertura do regime militar: partidos como o PT, sindicatos como a CUT, movimentos como o MST.

Ainda segundo Nunes (2015), estas organizações, mesmo que tenham participado das ações de junho, não tiveram hegemonia sobre o conteúdo das manifestações. E não foram apenas as direções das organizações de massa do Brasil nos últimos trinta anos - PT, CUT, UNE, MST - que não tiveram influência dentro das manifestações; mesmo as organizações e movimentos anti-governistas, que se enfrentam com aquelas direções, mas que também atuam nos confrontos políticos por meio de organizações “tradicionalistas” do movimento social brasileiro, tampouco conseguiram se tornar referência para a massa mobilizada (HILSENBECK, 2013).

Podemos sintetizar em alguns elementos as principais características político-organizativas que moldaram os protestos de junho, especialmente em sua segunda fase de difusão da mobilização: a crítica às formas organizativas hierárquicas (BRANCALEONE, 2014); a defesa de “formas horizontais de decisão, sem personificação de lideranças” (ROLNIK, 2013); a forte tendência antiburocrática (BUZETTO, 2013); os protestos sem carros de som, sem megafones, sem palanques, sem decisões preestabelecidas (ROLNIK, 2013), sem uma condução unânime; a prioridade na luta direta e no enfrentamento às instituições do Estado sobre a negociação, que ficou evidente na atuação dos Black Blocs (ANFRA, 2013); a inexistência de organizações de massa com referência sobre o conjunto dos manifestantes; a articulação dos participantes e a “organização” das manifestações por meio das redes sociais (LIMA, 2013); a pauta difusa, “sentimentos diversos e uma miríade de bandeiras” (VASCONCELOS, 2013; PRIOLLI, 2013), materializados nos cartazes que expressavam a pauta reivindicativa individual de cada manifestante; a ideologia difusa (DEMIER, 2015); a ausência de traços característicos do movimento sindical, que configuraram o ascenso da década de 80; o apartidarismo e a rejeição às instituições tradicionais; e, enfim, o sentimento patriótico e/ou nacionalista.

Porém, este conjunto de elementos político-organizativos não esteve unificado em um repertório único de confronto. O que se expressou no interior da onda de protestos de junho de 2013 foram embates entre distintos repertórios de confronto (ALONSO, 2015), vinculados a diferentes posicionamentos políticos e grupos sociais. Na fase de CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 25 (2017), pp. 1-296.

difusão e pico da mobilização foi rompido o enquadramento anterior, sem que se tenha reestabelecido um quadro interpretativo unificador para o conjunto dos manifestantes.

No presente texto destacamos as formas organizativas desenvolvidas pelos movimentos impulsionadores da fase inicial de mobilização como um dos principais fatores políticos responsáveis pelo ponto de inflexão para a abertura de uma nova fase de difusão e pico da mobilização. Entendemos que as formas organizativas favoreceram tanto o crescimento das manifestações quanto a quebra de um enquadramento unitário.

A onda de protestos de junho de 2013 e suas distintas fases

Nas duas primeiras semanas de junho de 2013, uma sequência de manifestações contra o aumento das tarifas no transporte público, localizadas inicialmente em algumas capitais, se confluíram e, posteriormente, transbordaram em um processo de luta nacional, que se expandiu pelas principais cidades do país. Entre os dias 17 e 22 de junho, as manifestações atingiram sua intensidade máxima, tendo como pico o dia 20, no qual milhões de manifestantes saíram às ruas. Na última semana de junho, os protestos começaram a decrescer, até que apenas alguns grupos continuassem em movimento (SECCO, 2013). Assim, no mês de junho de 2013 no Brasil, ocorreu o que na literatura sobre movimentos sociais é conceituado como ciclo ou onda de protestos (BARKER, 2014; MCADAM; TARROW; TILLY, 2009; TARROW, 2009; TATAGIBA, 2014).

Um ciclo de protesto difere da ação de um movimento social particular. Ele se caracteriza por uma sequência de ações coletivas, na qual os desafiantes ampliam numericamente o número de apoiadores, aglutinando setores menos propensos a participar de ações. Tarrow (2009, p. 182) compreende um ciclo de confronto como

uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não-organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades.

Utilizamos, no presente texto, o conceito de “onda de protestos” como uma precisão do conceito de “ciclo de protestos”, já que o termo “ciclo” pode transmitir a ideia de regularidade, de recorrência cíclica entre altos e baixos devido a fatores unicamente endógenos, numa analogia aos ciclos econômicos, o que não nos parece ser o caso dos períodos de intensa sequência de ações coletivas (BARKER, 2014; FRANK, 2017).

O elemento propulsor da onda de protestos de junho de 2013 foram as manifestações contra o aumento das tarifas em algumas cidades brasileiras. Na história

brasileira, as ações coletivas que tiveram como foco a questão do transporte público datam, pelo menos, do final do século XIX (ASSAD; QUEIRÓZ, 2015). No entanto, a primeira fase da onda de protestos de junho está conectada ao enquadramento específico em que este tipo de luta se moldou na década que antecede 2013.

O marco deste novo enquadramento da ação coletiva em torno do transporte público são as manifestações de agosto de 2003, em Salvador, conhecidas como Revolta do Buzu. Na década que se segue, pelo menos 100 cidades médias brasileiras e a quase totalidade das capitais se deparam, de forma intermitente, com manifestações que ocupam as principais vias públicas e colocam em pauta a questão do transporte (POMAR, 2013). As características comuns desses processos são: o papel do aumento da tarifa do transporte como abertura de oportunidade política para os movimentos iniciadores transformarem insatisfação social em ação coletiva; o protagonismo juvenil e estudantil, com destaque especial de estudantes secundaristas, que agrega à luta contra o aumento da tarifa a pauta do passe livre; por fim, um repertório novo de confronto que utiliza a ocupação de vias públicas e formas disruptivas de ação.

A primeira fase da onda de protestos de junho de 2013 é produto da confluência nacional de ondas de protestos localizadas, com enquadramentos semelhantes ao que se desenvolveu nas lutas pelo transporte público na década anterior. Em um breve retrospecto, podemos identificar as manifestações em Porto Alegre, em finais de março e início de abril; em Natal e Goiânia, no mês de maio; e no Rio de Janeiro, a partir do dia 03 de junho, como os antecedentes diretos da referida onda de protestos. Estas sequências de lutas, ainda localizadas, chegam até a segunda semana de junho, e se encadeiam com o que se tornou o ponto de gravidade nacional dos protestos ainda desconectados: São Paulo, onde o primeiro grande ato acontece dia 06 de junho (GOHN, 2014; JUDENSNAIDER, 2013). Em um processo que se inicia nesta data e se estende por uma semana, verificamos uma confluência progressiva de ondas de protestos locais, que, através de influências recíprocas, combinam-se na onda de protestos nacional que chamou a atenção do país.

A inflexão entre a primeira e a segunda fase da onda de protestos se dá com a repercussão dos acontecimentos do dia 13 de junho. A forte repressão policial ao ato de São Paulo combinada com o apoio popular às manifestações - constatado em pesquisa realizada pelo Datafolha (13/06/2013) - provoca uma crescente indignação popular. As manifestações expandem territorialmente, ganhando um caráter nacional, e ampliam-se

numericamente, integrando milhões de manifestantes (GOHN, 2014; JUDENSNAIDER, 2013).

O ponto de inflexão entre a primeira e a segunda fase pode ser notado através de três aspectos. Um primeiro aspecto, lembrado por Bringel (2013), é a mudança no perfil dos manifestantes. De “militantes com algum engajamento prévio em mobilizações sociais”, entra em cena “um espectro mais amplo da sociedade”, que faz sua estreia nas manifestações.

Outro ponto a ser observado, e mais importante, é a mudança nas demandas dos manifestantes, deixando uma pauta específica em torno do transporte, para uma diversidade de anseios expressos em múltiplos cartazes. Em pesquisa realizada no dia 20 de junho, as principais razões indicadas pelos manifestantes para estarem nas ruas foram transporte público (37,6%), ambiente político (29,9%) e saúde (12,1%). Portanto, mais da metade dos manifestantes priorizam outras reivindicações nas ruas em detrimento da revogação do aumento (DATAFOLHA, 17/06/2013).

Um terceiro fator a ser levado em conta é que as manifestações prosseguiram durante a semana posterior à revogação do aumento das passagens e ao anúncio do MPL de que não convocaria mais atos. Há uma dinâmica descendente a partir deste momento, porém, ainda acontecem gigantescas manifestações. Dia 22 de junho, por exemplo, estima-se a presença de mais de 300 mil pessoas nas ruas.

Assim, a difusão exponencial da mobilização, característica da segunda fase da onda de protestos de junho de 2013, apresenta-se como um processo de transbordamento societário (BRINGEL, 2013). Os movimentos derivados - aqueles que aderem às manifestações após o início destas - aproveitam-se das oportunidades políticas abertas pelas mobilizações iniciais, sem conter enquadramento ou repertórios de confronto que os unificasse aos movimentos iniciadores ou madrugadores - aqueles responsáveis por incentivar a ação coletiva, mesmo em períodos de pouca mobilização social (BRINGEL, 2013).

No Brasil, o MPL seria um exemplo clássico de movimento iniciador ou madrugador. Durante 10 anos de esforços propuseram que a pauta do transporte público fosse tomada pela população mobilizada. O que se seguiu ao dia 13 de junho, foi a incorporação do movimento derivado. No entanto, como sugere Bringel (2013, p. 22),

ao contrário do previsto pelas teorias dos movimentos sociais, os movimentos derivados aproveitaram-se, no Brasil, dos espaços abertos pelas mobilizações iniciais, sem, contudo, manter laços fortes, enquadramentos sociopolíticos, formas organizativas, referências ideológicas ou repertórios de mobilização que os una ao MPL e/ou a outros iniciadores. Esta aparente desconexão

relaciona-se a um fenômeno que gostaria de denominar como transbordamento societário, ou seja, quando na difusão de setores mais mobilizados e organizados a setores menos mobilizados e organizados, os grupos iniciadores acabam absolutamente ultrapassados.

Nesta interpretação, em junho houve um transbordamento social (novos setores sociais foram para as ruas), um transbordamento do conteúdo reivindicatório (as pautas foram ampliadas para além da questão do transporte) e um transbordamento cultural (novas práticas e uma nova estética das ruas foram estabelecidas), em relação às ações vinculadas ao MPL.

A nosso ver, as formas organizativas que se estabeleceram na primeira fase da onda de protestos, em especial na cidade de São Paulo, exerceram forte influência no processo de difusão e transbordamento da mobilização. Entendemos que a estrutura de mobilização utilizada pelo MPL em São Paulo foi um fator de facilitação para a inflexão dos protestos verificada a partir do dia 13 de junho, incidindo na conformação de dois processos distintos, mas combinados. Em primeiro lugar, a difusão da mobilização teria sido facilitada pela simpatia que a rejeição à centralização política, às estruturas hierárquicas e às organizações institucionais, característica do repertório de organização do MPL, provocou em parcelas da sociedade. Em segundo lugar, o mesmo repertório de organização, ao se opor à construção de hegemonia ou de um projeto estratégico, teria atuado como o fator político fundamental para o transbordamento societário e a quebra de um enquadramento unitário, gerando a disputa de repertórios de ação verificada no auge das manifestações.

As formas organizativas na onda de protestos de junho de 2013

Todo movimento ou luta social se organiza de uma determinada forma. As formas são diversas. Há movimentos mais centralizadores e outros mais democráticos, alguns verticais, outros horizontais. Pode existir uma organização formal, certas vezes institucional, enquanto em outros casos uma simples articulação informal entre os ativistas permite sua atuação.

A onda de protestos de junho de 2013 se organizou, portanto, de uma determinada forma. Por não se tratar de um movimento social tradicional, a percepção da forma de como os manifestantes articularam suas pautas e decidiram suas ações se torna mais difícil e complexa. Contudo, é possível construir uma ordenação teórica desta forma de organização por meio dos relatos, das narrativas e das notícias publicadas em junho e/ou sobre junho.

Neste ordenamento teórico nos interessa integrar um conjunto de aspectos inclusos no que categorizamos como formas de organização. Isto nos aproxima de uma visão mais ampla sobre como os manifestantes se organizaram nos dias dos protestos. Assim, apresentamos, numa síntese de quatro itens, os principais aspectos a serem observados. Em primeiro lugar, (1) é necessário compreender como se davam as discussões; ou quais eram os procedimentos e em quais espaços transcorriam os debates entre os manifestantes. Como os manifestantes articulavam suas posições? Qual o papel das assembleias, da permanência em conjunto nas ruas, das redes sociais, etc, para o escoamento das problematizações e polêmicas sobre os rumos das manifestações. E vinculado a este aspecto, (2) como eram realizadas as decisões em relação aos protestos. Existiam fóruns de deliberação? Utilizavam votações ou as decisões se davam por consenso?

Um outro aspecto a ser estudado é (3) a relação entre os debates e deliberações, de um lado, e as ações, de outro. Estes polos podem caminhar separados espacial e temporalmente, como também podem conviver simultaneamente nos momentos das manifestações. Em junho, como este contato se deu? Os momentos de decisão eram prévios, como são as assembleias sindicais que aprovam um movimento grevista, um calendário de mobilizações de uma luta a advir? Ou a ação era espontaneamente decidida pelos manifestantes nas ruas?

Toda esta discussão deve nos permitir compreender (4) como as organizações formais, sejam elas partidos políticos, sindicatos ou movimentos sociais, se ligaram com as manifestações. Havia líderes? Se sim, como as lideranças estavam articuladas com os manifestantes?

Passando à análise concreta dessas questões, nosso interesse é compreender de que maneira foi conduzido a onda de protestos de junho de 2013 em sua primeira fase. Percebemos uma diferenciação das formas de organização desenvolvidas em São Paulo daquelas que se apresentaram nas demais cidades que participaram da confluência nacional de ondas de protestos locais.

Em Natal, os atos contra o aumento foram organizados pelo movimento #Revolta do Busão, criado em 2012, num processo anterior de luta. Em sua página, o movimento se define como “autogestionado (sic), horizontal, autônomo e independente” (REVOLTA DO BUSÃO, 2016). Organizando-se, prioritariamente, por meio de um grupo fechado no Facebook, o movimento se reivindica sem lideranças e horizontal, embora composto por diversos coletivos do movimento estudantil, entre eles

a ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre) e a UNE (União Nacional dos Estudantes). Também participam militantes jovens de partidos de esquerda. O #Revolta do Busão realiza plenárias para decidir suas ações e utiliza as redes sociais para realizar as convocações.

Em Goiânia, as manifestações foram convocadas pela Frente Contra o Aumento, uma unidade entre diversas entidades estudantis. Entre os grupos participantes da Frente Contra o Aumento está o grupo Tarifa Zero, coletivo federado ao MPL na cidade de Goiânia. E de forma semelhante, na cidade do Rio de Janeiro, o Fórum de Lutas Contra o Aumento unificou diversas entidades e organizações no seu interior, com a participação de partidos de esquerda, e foi o principal convocador das manifestações.

Em São Paulo, diferente das cidades anteriores, o movimento protagonista na convocação e condução das manifestações não foi uma frente de entidades e coletivos, mas um movimento social organizado, o MPL. Focaremos nas formas de organização estabelecidas em São Paulo, pois entendemos que os protestos nesta cidade foram o ponto de gravidade que conduziu a confluência nacional dos protestos na primeira fase, e que, portanto, simbolizou e influenciou de forma preponderante a dinâmica de difusão e pico da segunda fase.

Em seu site, o MPL São Paulo se define como “um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc” (MPL, apud GOHN, 2014). O MPL foi fundado em janeiro de 2005, numa plenária pelo passe livre no Fórum Social Mundial ocorrida em Porto Alegre. Sua fundação tem relação direta ao processo de lutas que havia agitado diversas cidades brasileiras nos anos anteriores, que tem como marco a Revolta do Buzu. Posterior a esta revolta, a Campanha pelo Passe Livre (CPL) impulsionou uma série de manifestações em Florianópolis, conhecidas como A Revolta da Catraca. A este processo segue-se um avanço organizativo, com a realização do primeiro Encontro pelo Passe Livre, ainda em 2004. Após sua fundação, o MPL ainda organizou dois encontros nacionais pelo passe livre, em Campinas, em 2005, e na Escola Nacional Florestan Fernandes, em 2006. Em quase uma década de existência (até 2013), o MPL acompanhou a proliferação da luta vinculada ao transporte público no país para se estruturar nacionalmente e elaborar sua forma de funcionamento e organização (POMAR, 2013).

Formado por ativistas de distintas ideologias, entre eles anarquistas, trotskistas e autonomistas, a forma organizativa nacional do MPL se
CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 25 (2017), pp. 1-296.

constitui através de um pacto federativo, isto é, uma aliança em que as partes obrigam-se recíproca e igualmente e na qual os movimentos nas cidades mantêm autonomia diante do movimento em nível federal, ou seja, um pacto no qual é respeitada a autonomia local de organização. As unidades locais devem seguir os princípios federativos do movimento. Ressalta-se que o princípio da Frente Única deve ser respeitado, estando acima de questões ideológicas. O MPL em nível federal é formado por representantes dos movimentos nas cidades, que constituem um Grupo de Trabalho (GT). O GT é formado por pelo menos 1 e no máximo 3 membros referendados pelas delegações presentes no Encontro. Os grupos locais de luta não presentes devem ter o aval dos movimentos que fizerem parte do GT. Deve-se garantir a rotatividade dentro do GT de acordo com as decisões do MPL local (MPL, apud GOHN, 2014).

Exercendo sua autonomia local, o MPL São Paulo foi o principal movimento de propulsão às manifestações na cidade. Organizando anteriormente pequenas manifestações nos bairros, foi o MPL o convocante dos quatro primeiros grandes atos (dias 06, 07, 11 e 13 de junho). Com um total de 20 membros orgânicos e 35 apoiadores, sendo 25 os membros regulares que participavam das reuniões, as decisões do movimento são realizadas em reuniões de seus membros, enquanto a convocação de suas atividades é realizada via redes sociais. É desta maneira que o MPL organizava as manifestações.

Como nosso interesse não é dissecar a estrutura organizativa de um movimento social específico (MPL), mas sim da onda de protestos, é necessário entrecruzar esta forma de funcionamento do movimento às possibilidades de tomada de decisão do conjunto dos manifestantes. Nesta análise verificamos que a estrutura de mobilização utilizada pelo MPL caracterizou-se por uma dualidade de comando nos protestos. De um lado, o controle da condução política das manifestações era realizado pelo movimento, apartado de sua base de mobilização. De outro, decisões sobre as ações de rua eram tomadas pelos manifestantes, no calor do movimento.

Nos quatro grandes atos realizados em São Paulo, dias 06, 07, 11 e 13 de junho, a construção da plataforma reivindicativa, a interlocução com as instituições estatais (prefeitura e PM), a definição das datas e trajeto das manifestações, entre outras tarefas de condução política do processo, não foram responsabilidade compartilhada entre os manifestantes, mas continuavam responsabilidades do MPL. Nesse sentido, ao se reproduzir a esfera decisória do movimento num processo mais amplo de mobilização que aquele restrito a seus membros, observa-se um distanciamento do conjunto dos manifestantes do processo decisório.

Dois militantes do MPL em São Paulo, Caio Martins e Leonardo Cordeiro, assim se referem à forma de condução do processo de mobilização planejada e efetivada pelo MPL:

O MPL-SP colocou para si a tarefa de elaborar sozinho um planejamento detalhado da luta (...). Não houve assembleias abertas ou uma frente ampla, as articulações foram extremamente seletivas para evitar desgastes como os enfrentados em jornadas anteriores. (...) O trajeto de cada ato, decidido pelo restrito grupo de militantes do MPL-SP, era taticamente secreto: informado a algumas organizações próximas, mas nunca revelado à imensa maioria dos manifestantes (CORDEIRO; MARTINS, 2017).

Com essa postura, o MPL acreditava que ganhava autonomia frente os interesses de partidos e outros atores políticos (JUDENSNAIDER, 2013), vistos pelos militantes autonomistas como “parasitas” (VINICIUS, 2005).

Contudo, o controle não é absoluto, pois, de outro lado, verifica-se também uma certa autonomia dos manifestantes nas ruas perante o MPL. As ações mais radicalizadas realizadas por manifestantes, tais como depredações de ônibus, barricadas com fogo, ataques a agências bancárias, etc., eram justificadas pelo MPL como ações individuais sobre as quais o movimento não tinha controle. Em nota pública do MPL após o I Grande Ato em São Paulo, lê-se: “O Movimento Passe Livre não incentiva a violência em momento algum de suas manifestações, mas é impossível controlar a frustração e a revolta de milhares de pessoas com o poder público e com a violência da Polícia Militar” (MOVIMENTO PASSE LIVRE SP, 2016). E sustentando a mesma lógica de explicação, mas aprofundando os argumentos, dia 09 de junho o MPL afirma não ser

a única organização envolvida nessas mobilizações e não se considera o dono da luta contra o aumento. Esta luta tem sido uma luta ampla, com grande adesão da população e outras organizações políticas – por isso mesmo não temos controle total das manifestações e nem dos grupos envolvidos.

Do ponto de vista do MPL e de suas concepções político-organizativas, a falta de controle sobre as ações dos manifestantes não deve ser vista como fraqueza ou limitações do movimento. Pelo contrário, esta é a força que teria permitido o crescimento e fortalecimento das mobilizações. O texto de Caio de Andrea, militante do movimento, é revelador para compreender a concepção de luta social colocada em prática pelo MPL nas manifestações de junho, e como esta é reivindicada como uma lição para o conjunto do movimento social e político:

Há lições aqui. Lições para aqueles que almejam crescer em suas iniciativas políticas. Iniciar algo novo não é fácil. E talvez a principal lição do MPL seja esta: sua iniciativa talvez consista numa recusa, numa descentralização, no abandono da sanha, do vício do controle (vanguardista?) sobre todas as ações de todos os participantes reunidos, na oposição ao desejo de garantir – suprimindo qualquer liberdade expressiva “fora do padrão desejado” – um corpo homogêneo, uniforme, todos iguais (algo que lembra um pouco certas iniciativas fascistas, por sinal). Há riscos nesse abandono do control freak, claro que há. Mas são riscos sociais, não devem nunca ser atribuídos ao MPL, tal como tem sido feito à torto e à direita. São riscos que nos cabem enquanto sociedade – uma sociedade que se caracteriza, sobretudo, por ser ela mesma uma sociedade de risco. Na verdade: riscos – são tantos e tão variados, em

quantidade e intensidade, que tratar seriamente de cada um deles é uma obrigação que deveria tomar cada um de nós cotidianamente. (...)

O que vem ocorrendo nas últimas semanas é, portanto, uma necessária demonstração de força popular democrática, reivindicativa, que participa ativamente, conforme as restrições e possibilidades estreitas de um modelo representativo de democracia, no governo da cidade. O campo de experiência que se abre com a novidade da recusa do MPL projeta um horizonte de expectativa animador. Devemos vivenciar com alegria e sem temor essa novidade (ANDREA, 2016).

A forma de luta implementada pelo MPL expressaria, portanto, os desejos dos manifestantes, uma forma construída não de fora, mas na imanência da movimentação coletiva, e que expressaria a rejeição a qualquer subordinação exterior. Esta, longe de ser falta de organização, seria a força da luta. A centralização mataria a força produzida pela perda de controle, enquanto a autonomia das ações de rua garantiria empatia e envolvimento coletivo.

A pergunta que surge é por que, então, a exaltação da autonomia e da perda de controle sobre as ações de rua não se amplia para a esfera das decisões, expandindo a participação democrática no processo decisório? Contraditoriamente, para os membros do MPL, o desenvolvimento da luta descentralizada tem como necessidade a existência um grupo restrito que realize o trabalho cotidiano, ainda que seu objetivo seja a perda de controle sobre o conjunto da manifestação. Defendendo a nova tática implementada pelo MPL, nomeada de “tática da revolta popular”, Cordeiro e Martins (2017) entendem que

se, por um lado, o roteiro da revolta investe na perda de controle e na explosividade, por outro, ele depende quase sempre de um polo altamente organizado da luta, uma organização que elabora e formaliza seu sentido e lhe garante alguma coesão, permitindo que as mobilizações avancem de forma autônoma, seguindo a direção primordial: a reivindicação de revogação do aumento. Ora, segundo a narrativa assumida pelo Movimento Passe Livre, foi justamente por não possuir esse polo articulado que a Revolta do Buzú não foi vitoriosa: o espaço vazio foi ocupado por dirigentes de entidades estudantis burocratizadas e partidos políticos. Já em Florianópolis, uma organização independente de juventude, racha de um grupo trotskista do PT, assumiria esse papel, elaborando uma estratégia para alcançar a vitória.

Na tática da “revolta popular” (tática efetivada nas lutas recentes contra o aumento das tarifas), portanto, a contradição entre controle da condução política pelo movimento e controle das ações de rua pelos manifestantes, ou, pela ótica do movimento, controle e perda de controle, seria a condição para a vitória. A formação de uma direção, em um movimento que se reivindica horizontal, no interior de um processo de mobilização proposto como autônomo, garantiria envolvimento e apoio popular e, ao mesmo, uma estratégia consciente e planejada de luta.

Estabelece-se, assim, uma relação inorgânica entre manifestantes e movimento. Esta relação inorgânica, impulsionada intencionalmente pelo MPL, está alicerçada, em

nosso entendimento, na ideologia compartilhada pelo movimento de influência autonomista. A centralidade da tática, do movimento, do processo, em detrimento da estratégia, do resultado, da construção de hegemonia das forças de ruptura no seio da sociedade, são os fundamentos da forma organizativa efetivada pelo MPL.

Considerações finais

Em vias de conclusão, entendemos que o MPL construiu uma forma de organização fundada numa relação inorgânica entre manifestantes e movimento, fruto de uma postura intencional de rejeição à construção de um projeto estratégico (geral – para além do transporte - e nacional) e de disputa hegemônica da sociedade. Esta forma organizativa foi um dos fatores que incidiram na transição da primeira fase da onda de protestos, na qual havia um enquadramento claro vinculado à luta pelo transporte público, para a segunda fase, de difusão e transbordamento.

Num processo de difusão da mobilização conformado pela complexa interação de elementos políticos e sociais, levados à diante por diversos atores (característica básica de uma onda de protesto), a forma organizativa foi um fator político que facilitou a ampliação dos protestos. Num contexto social de crise da representatividade, a rejeição a partidos políticos e a estruturas hierarquizadas ganhou a simpatia e aproximou parcelas da sociedade dos protestos.

Ao mesmo tempo, a recusa à disputa hegemônica enfraqueceu o enquadramento vinculado ao MPL. Ou seja, a estrutura de mobilização utilizada pelo MPL favoreceu a entrada em cena de novos atores, com enquadramentos diversos, até mesmo opostos ao do movimento. Na fase de intensidade máxima, a heterogeneidade social e política impediu a conformação de um enquadramento unitário; não que um enquadramento unitário requeira homogeneidade, mas a heterogeneidade foi tão profunda que nem mesmo um enquadramento de unidade entre distintos atores foi possível (TATAGIBA, 2014). O que se viu foi a disputa entre repertórios de confrontos distintos, onde, inclusive, ativistas do MPL foram atacados por grupos de manifestantes (ALONSO, 2015).

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. “June demonstrations in Brazil: repertoires of contention and government’s response to protest”. In.: **From Contention to Social Change: Rethinking the Consequences of Social Movements and Cycles of Protests**. Universidad Complutense de Madrid, Spain, 2015.

ANDREA, Caio de. **A novidade da recusa do MPL: uma vitória popular**. Disponível em: < <http://passapalavra.info/2013/06/79073>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

ANFRA, Douglas. “Renascimento libertário da luta de rua”. **Mouro**. 2013.

ASSAD, Kader Carvalho; QUEIRÓS, Imar Domingos. “Movimentos sociais pelo transporte coletivo no Brasil: manifestações, estratégias de luta e desafios”. **Serv. Soc. Ver.** v. 18, n.1 – jul./dez. 2015, p. 05-23.

BARKER, Colin. “O movimento como um todo”: ondas e crises. **Revista Outubro**, n. 22, 2º semestre de 2014.

BRAGA, Ruy. “Sob a sombra do precariado”. In: MARICATO, Ermínia ... [et al.]. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

BRANCALEONE, Cassio. “Apresentação: junho rebelde e a espontaneidade com lastro social”. In.: BEM, Daniel de; BRANCALEONE, Cassio. **As Rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

BRINGEL, Breno. “Sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013”. In: **Dossiê temático nº 3: As Jornadas de Junho em perspectiva global**. Rio de Janeiro: NETSAL – IESP/UERJ, 2013.

BUZETTO, Marcelo. “As mobilizações de junho de 2013 e os desafios na construção do poder popular”. **Lutas Sociais** vol. 17 nº 31 – jul./dez. 2013.

CORDEIRO, Leonardo; MARTINS, Caio. **Revolta popular: o limite da tática**. <<http://passapalavra.info/2014/05/95701>>. Acesso em: 15 de junho de 2017.

DATAFOLHA. **Avaliação sobre protestos por tarifa de ônibus em São Paulo**. 13/06/2013.

_____. **Contagem da manifestação no Largo da Batata**. 17/06/2013.

DEMIER, Felipe. **Nas ruas por direitos: uma análise das jornadas de junho de 2013**. Disponível em: <<http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=2805>>. Acesso em: 08 de agosto de 2017.

FRANK, Andre Gunder. **On Studying the Cycles in Social Movements**. Disponível em: <http://rrojasdatabank.info/agfrank/socmov_cycles.html>. Acesso em: 08 de junho de 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HILSENBECK FILHO, Alexander. “O retomar das ruas e os dilemas das lutas: movimentos sociais em tempos de governos oriundos da esquerda”. **Lutas Sociais** vol. 17 nº 31 – jul./dez. 2013.

JUDENSNAIDER, Elena [et al.]. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

LIMA, Venício de A. “Mídia, rebeldia e crise de representação”. In: MARICATO, Ermínia ... [et al.]. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. “Para mapear o confronto político”. **Lua Nova** n.76, 2009, p.11-48.

NUNES, Rodrigo. “O Partido do Evento”. **Revista Fórum**. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/10/o-partido-do-evento/>>. Acesso em: 08 de agosto de 2017.

POMAR, Marcelo. “Introdução: não foi um raio em céu azul”. In: JUDENSNAIDER, Elena [et al.]. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

PRIOLLI, João. “Um Relato de Junho”. In: **Mouro**. 2013.

REVOLTA DO BUSÃO. Disponível em: <<http://revoltadobusaorn.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 08 de agosto de 2017.

ROLNIK, Raquel. “Apresentação – As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações”. In: MARICATO, Ermínia ... [et al.]. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SECCO, Lincoln. “As Jornadas de Junho”. In: MARICATO, Ermínia ... [et al.]. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana. “1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil”. In.: **Política & Sociedade** Vol. 13 Nº 28. Florianópolis, Set./Dez. de 2014.

VASCONCELOS, Joana Salém. “A pátria não calçou chuteiras”. In: **Mouro**. 2013.

VIANA, Silvia. “Será que formulamos mal a pergunta?” In: MARICATO, Ermínia ... [et al.]. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VINICIUS, Leo. **A Guerra da Tarifa**. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2005.